

REQUERIMENTO, nº de 2009
(Da Senhora Deputada Emilia Fernandes)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Legislação Participativa com a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público com a finalidade de debater demissões no Banco Santander e denúncias contra aposentados da instituição.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a V.Ex^a, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada:

Senhor Fábio Barbosa- Presidente do Banco Santander Brasil S.A;

Senhor Carlos Cordeiro da Silva - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro-Contraf-CUT;

Senhor Luiz Cláudio Marcolino- Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo;

Senhor Juberlei Bacelo - Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre;

Senhor Paulo Salvador- Presidente da Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp (afubesp);

Senhor Herbert Moniz - Coordenador-Geral da Comissão Nacional dos Aposentados do Banespa; e

Senhor Yoshimi Onishi - Representante da Associação dos Funcionários Aposentados do Banespa (Afabesp, a fim de discutirmos demissões injustificáveis, premiações discriminatórias e denúncias de total descaso com aposentados no Banco Santander.

JUSTIFICAÇÃO

Neste momento em que os mais diversos especialistas em economia do mundo inteiro apontam o Brasil como um dos países que serão menos afetados pela crise mundial, faz-se necessário saber que de maneira clara, com apresentação de planilhas de custos e explicações pormenorizadas, a necessidade de demissão, tendo em vista que segundo o Sindicato dos bancários de São Paulo, entre março de 2008 e 2009, os bancários perderam 3.300 postos de trabalho.

É necessário o esclarecimento de aprovação, com o voto contrário dos minoritários, do pagamento de remuneração a sua diretoria, muito além de patamares aplicados por outras instituições financeiras da mesma magnitude do banco Santander.

Entendemos ainda que a necessidade de tratamento igualitário entre os aposentados da instituição, que hoje necessitam recorrer a justiça trabalhista para terem seus direitos garantidos, especialmente no que diz respeito ao reajuste de suas complementações e pensões.

Sala da Comissão, em de junho de 2009.

Deputada Emilia Fernandes
PT/RS.